



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

56ª edição / Maio de 2025

LIVE DA SENAES DEBATE REGULAMENTAÇÃO DA LEI PAUL SINGER

A live do mês de maio da Senaes trouxe o debate à luz da regulamentação da Lei Paul Singer (nº 15.068/24), que institui a Política Nacional de Economia Solidária. Sancionada em dezembro de 2024, a legislação ainda precisa ser regulamentada para ser efetivamente aplicada. Em novo horário (11h), o encontro virtual da Senaes com a militância da Economia Popular e Solidária aconteceu dia 22 de maio e alcançou sua maior marca de participação online, com mais de 700 pessoas presentes em pouco mais de uma hora de bate-papo.

Nesta edição, que tratou do processo de regulamentação da Lei, foram convidadas a diretora de Programa da Secretaria Executiva do MTE, Luciana Vasconcelos Nakamura, e o assessor especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do MTE (Aspar), Wyltenberg do Nascimento de Oliveira, conhecido como Berg. Pela Senaes, participaram o diretor de Projetos Sérgio Godoy e o secretário substituto e diretor de Fomento, Fernando Zamban, juntamente dos assessores da secretaria, Francisco de Oliveira e Iracema Moura.



Foto: Allexandre Silva / MTE

Em sua fala, Luciana Vasconcelos Nakamura, explicou que a regulamentação será feita por meio de decreto, que deverá detalhar pontos como os eixos de ação da política (artigo 8º), o Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários (artigo 9º) e o Sistema Nacional de Economia Solidária – Sinaes (artigo 13º). “O decreto deverá detalhar como os eixos serão implementados, como funcionará o cadastro nacional e quais serão as regras de adesão ao Sinaes. Também pode trazer outras informações necessárias para que a lei possa surtir efeitos práticos”, destacou.

Luciana informou ainda que o processo seja colaborativo, com a participação dos ministérios que participaram da elaboração da Lei e da sociedade civil. A primeira etapa consistirá no mapeamento dos dispositivos da lei que demandam regulamentação. Em seguida, será promovido um diálogo com os empreendimentos e demais atores envolvidos, a fim de garantir que o decreto reflita as reais necessidades do setor. Somente após essa escuta será elaborada a minuta do decreto, que virá acompanhada de pareceres técnicos e jurídicos.

Depois de consolidado, o documento será enviado à Casa Civil da Presidência da República, onde passará por uma avaliação técnica e jurídica. Após essa análise, o decreto segue encaminhado para assinatura do presidente da república e posterior publicação.

Com a publicação do Decreto, o MTE poderá editar uma portaria com as regras operacionais necessárias para a execução da política. “A portaria detalha os procedimentos práticos e pode ser complementada por instruções normativas e resoluções, conforme a necessidade”, esclareceu Luciana.

Por sua vez, em nome da Aspar do Ministério, Berg reforçou que a conquista da Lei Paul Singer não encerra a mobilização em torno da economia solidária. Segundo ele, ainda tramitam no Congresso Nacional duas proposições fundamentais para o fortalecimento do setor. Uma das proposições é o Projeto de Lei 3008/2020, que prevê a inclusão dos empreendimentos de economia solidária entre os beneficiários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A outra é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 69/2019, que propõe a inserção da economia solidária entre os princípios da ordem econômica, por meio da alteração do artigo 170 da Constituição Federal.

“Com a mobilização e conscientização dos deputados e senadores, a aprovação dessas proposições fortalecerá ainda mais a economia solidária no Brasil”, destacou Wyltenberg do Nascimento de Oliveira. Tem, ainda, o PL 4476/2023 que estabelece a definição de moedas sociais, bem como regula a sua emissão e transação através da tecnologia de registro distribuído.

O secretário nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, foi enfático em suas falas afirmando que, se a lei não for regulamentada, “é uma lei morta que não consegue vigorar em todo o seu alcance”. Ao final, o secretário da Senaes reafirmou que essas legislações são essenciais para transformar as ações de fortalecimento da economia popular e solidária em políticas públicas permanentes, elevando-as ao status de políticas de Estado.

Com informações do site do MTE em:



Em razão da grande demanda de dúvidas no chat do canal do MTE no YouTube e o tempo sucinto de uma hora de live, a comunicação da Senaes anotou as perguntas para responder agora nesta edição 56 do Boletim Semanal da Economia Popular e Solidária. Confira as respostas:

Marcela Arcanjo: Por que formalizar os empreendimentos como pessoa jurídica de direito privado, alterando o artigo 44 do código civil?

Senaes: A inserção do art. 15 da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, que trata da inserção dos empreendimentos de economia solidária no rol das pessoas jurídicas de direito privado, não estava prevista no Projeto de Lei inaugural da Lei Paul Singer. Entretanto, como ele foi inserido posteriormente, certamente será objeto de regulamentação via Decreto a partir do comitê temático iniciado no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Certamente, durante as conversações no âmbito do referido comitê, serão levadas em consideração as características citadas no art. 4º da Lei nº 15.068/2024.

Wellington Dias: A lei nacional Paul Singer estará acima das leis municipais ou estaduais? Haja vista que em Osasco-SP já existe, desde 2005, uma lei de fomento que abrange a formação e comercialização.

Senaes: É público que muitos elementos constantes da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, estão presentes no âmbito de diversas leis de economia solidária espalhadas no âmbito das unidades da federação. Contudo, a Lei Paul Singer, notadamente após a regulamentação via Decreto, deverá funcionar como farol normativo para as demais normas do país a respeito do segmento da economia solidária.

Wellington Dias: Como será feito? Como estados e municípios deverão aderir à lei nacional? De que forma isso será feito?

Senaes: A Lei Paul Singer funcionará como um farol para a construção de normas no âmbito das demais unidades da federação. Nas hipóteses em que a União crie uma estrutura que acarrete a necessidade de aderência das demais unidades da federação, tal proceder será previsto no âmbito do Decreto regulamentador ou outro normativo infralegal.

Henrique Schuster: Quais são os ministérios envolvidos para a regulamentação da Lei? Temos diálogos com esses ministérios?

Senaes: A Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, instituiu o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), cujo membro é o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Nesse sentido, sabe-se que as reuniões do CNES podem ter a participação de diversas Pastas Ministeriais, conforme o previsto no art. 3º do Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, guardada a devida transversalidade com o tema da economia solidária.

Henrique Schuster: A Regulamentação determinará um número para os EES? Os Empreendimentos terão um "CNPJ"?

Senaes: Sim. A partir do disposto no art. 15 da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, os empreendimentos de economia solidária receberão um CNPJ e serão classificados como pessoas jurídicas de fins econômicos sem finalidade lucrativa.

Maria Iraci Martins de Macêdo: Qual a importância da lei para os empreendimentos de economia solidária?

Senaes: Pela primeira vez, em âmbito nacional, os empreendimentos de economia solidária terão a seu favor uma Política Nacional de Economia Solidária e um Sistema Nacional de Economia Solidária. As referidas estruturas funcionarão principalmente para fomentar o segmento da economia solidária em todo o país. Trata-se, portanto, de um importante incentivo às atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito relacionado à economia solidária.

Otniel Aquino: Saudações solidárias, secretário da SENAES e demais componentes da mesa! Sobre o registro dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), o artigo que trata dessa questão é autoaplicável?

Senaes: A situação, por envolver um elevado nível de carga jurídica, deverá ser levada ao conhecimento do comitê responsável pelos estudos de regulamentação da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024.

Daniela Rueda: Otniel, boa pergunta, o EES será um empreendimento sem fins lucrativos. Acredito que pode ser destinado no Simples Nacional.

Senaes: A situação, por envolver um elevado nível de carga jurídica, deverá ser levada ao conhecimento do comitê responsável pelos estudos de regulamentação da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024.

Marcela Arcanjo: Por que formalizar os empreendimentos como pessoa jurídica de direito privado, alterando o artigo 44 do código civil?

Senaes: Compreendeu-se que o estabelecimento de uma nova formatação jurídica viria a proporcionar a máxima efetividade do modelo de negócio amparado na economia solidária.

Vania Freitas: Como funciona a adesão à lei pelos municípios?

Senaes: A matéria será tratada no âmbito do comitê responsável pelos estudos de regulamentação da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Ademais, é cediço que muitos elementos constantes da Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, estão presentes no âmbito de diversas leis de economia solidária espalhadas no âmbito das unidades da federação. Contudo, a Lei Paul Singer, notadamente após a regulamentação via Decreto, deverá funcionar como farol normativo para as demais normas do país a respeito do segmento da economia solidária.

Com apoio do Chefe da Divisão de Apoio a Colegiados e Instâncias de Participação Social do Gabinete da Senaes, Éder Barbosa Ramos*

RECEPÇÃO AOS AGENTES TERRITORIAIS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PAUL SINGER DESTACOU PAPEL ESTRATÉGICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Durante plenária híbrida de recepção aos novos/as agentes de Economia Popular e Solidária, realizada dia 20 de maio, em Brasília, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, deu as boas-vindas aos 500 agentes territoriais do Programa de Formação Paul Singer. A iniciativa, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), é desenvolvida em parceria com a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) e tem como objetivo fortalecer a economia popular e solidária, um modelo econômico baseado na cooperação, na autogestão e na inclusão social.

Na abertura do encontro, o ministro Luiz Marinho destacou que o Brasil atravessa um processo de reconstrução, marcado pela retomada de políticas públicas voltadas à inclusão social e à distribuição de renda, áreas em que a economia popular e solidária exerce um papel estratégico e transformador. “A economia solidária há muito tempo ocupa um papel relevante na economia. Sempre defendi que não podemos enxergar os trabalhadores da economia solidária como pessoas sem opção. Precisamos ver como uma oportunidade de organização importante, estratégia de atuação econômica”, afirmou o ministro.

Selecionados por meio de edital público, os agentes atuarão em conjunto com os coordenadores estaduais em seus respectivos territórios.

Entre suas atribuições estão: realizar o diagnóstico de empreendimentos locais, mobilizar trabalhadores para a organização coletiva, apoiar o acesso a políticas públicas e identificar espaços para comercialização. Também caberá aos agentes a atualização do Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL), que se encontra desatualizado desde 2016.

A fase de formação dos agentes terá início em junho. Já a partir de julho, eles irão a campo para realizar o levantamento de informações nos territórios, com prazo de três meses para a conclusão dessa etapa. Ao fim desse período, será realizado um novo encontro com a coordenação do projeto, dando início à segunda fase formativa. Tanto os 500 agentes quanto os 54 coordenadores estaduais foram selecionados por meio de processo seletivo público.



Foto: Allexandre Silva / MTE

O presidente da Fundacentro, Pedro Tourinho, também participou da plenária e ressaltou o orgulho da instituição, vinculada ao MTE, em colaborar com a implementação da Política Nacional de Economia Solidária. “A Fundacentro será uma parceira estratégica nessa construção junto com toda a equipe da Senaes”, afirmou.

O secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, do MTE, Gilberto Carvalho, ressaltou a importância da parceria da Fundacentro. “A Fundacentro nos traz um elemento no cuidado com a saúde do trabalhador que enriquece a abrangência do projeto”, ressaltou.




Foto: Allexandre Silva / MTE

Com informações do site do MTE em

Luiz Marinho recebe agentes territoriais do Programa de Formação Paul Singer e destaca papel estratégico da economia solidária

Iniciativa do MTE com a Fundacentro fortalece modelo econômico baseado na cooperação, autogestão e inclusão social; agentes atuarão em todo o país no apoio a empreendimentos e na atualização do CADSOL

 Ministério do Trabalho e Emprego

CONFERÊNCIAS PELO BRASIL

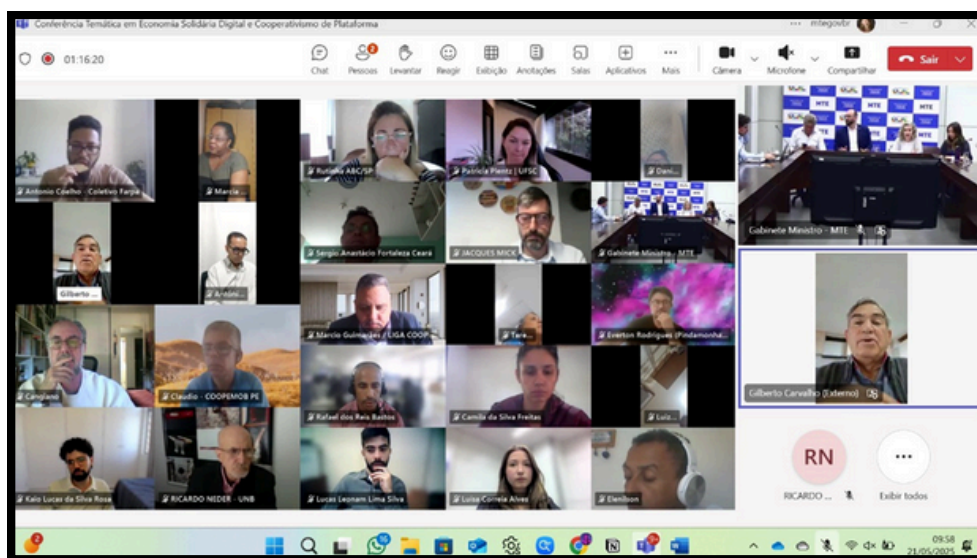


Foto reprodução

No dia 21 de maio aconteceu a 1ª Conferência Temática de Economia Solidária Digital e Cooperativismo de Plataforma. O evento foi realizado de forma remota e contou com 154 participantes, a discussão foi provocada por universidades a respeito do tema e a apresentação de experiências de diferentes empreendimentos solidários digitais, como

a Liga Coop, a Cooperativa Eita e o Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). Foram elaboradas e deliberadas cerca de 20 diretrizes para subsidiar a 4ª CONAES e a construção do 2º Plano Nacional de Economia Popular Solidária.

4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA REFORÇA COMPROMISSO COM O COOPERATIVISMO NO PARÁ



Foto reprodução

Com o foco de fortalecer as políticas públicas voltadas ao cooperativismo e à inclusão produtiva, o Governo do Pará, em parceria com o Governo Federal, por meio da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), realizou, nos dias 22 e 23 de maio de 2025, a 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária (Conaes).

O evento reuniu representantes solidários, entidades de apoio, gestores e movimentos sociais de diversas regiões do Estado, em um espaço de escuta, debate e construção coletiva de diretrizes para o setor.

A coordenadora-geral de Fomento da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, Lidiane Freire, acompanhou a agenda e representou a Senaes durante toda a atividade. "A 4a CONAES, além de contribuir com o direcionamento de prioridades na condução da política pública local e nacional, reposiciona a agenda da economia solidária como estratégia de

desenvolvimento no processo de reconstrução do Brasil", destacou Freire em sua fala na abertura do evento.

Sob o tema "Políticas públicas de economia popular – Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e do cooperativismo", a conferência teve como objetivo a consolidação de estratégias, que promovam o desenvolvimento territorial, a partir de práticas econômicas baseadas na solidariedade, autogestão, inclusão e sustentabilidade.



Foto reprodução

No primeiro dia, os participantes se organizaram para discutir e formular propostas voltadas a áreas estratégicas, como acesso ao crédito solidário, comercialização, assistência técnica, formação e fortalecimento das redes produtivas. A troca de experiências entre os diferentes territórios, também possibilitou a identificação de desafios comuns e soluções adaptadas às realidades locais.

Já no segundo dia, a programação foi dedicada à leitura e aprovação final das propostas consolidadas pelos grupos. As diretrizes aprovadas formarão o documento base a ser encaminhado para a etapa nacional da conferência, além de subsidiar ações do governo estadual, voltadas ao fortalecimento da economia popular e solidária no Pará.

Ao final do encontro, os delegados estaduais foram eleitos para representar o Pará, na Conferência Nacional de Economia Solidária, que acontecerá ainda este ano em Brasília.



Foto reprodução

*Com a colaboração de Matheus Gomes/Ascom Seaster

Com informações da Agência Pará em



Foto Agência Pará de Notícias

A coordenadora-geral de Fomento da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, Lidiane Freire, acompanhou a agenda e representou a Senaes durante toda a atividade. "A 4ª CONAES, além de contribuir com o direcionamento de prioridades na condução da política pública local e nacional, reposiciona a agenda da economia solidária como estratégia de desenvolvimento no processo de reconstrução do Brasil", destacou Freire em sua fala na abertura do evento.



4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária reforça compromisso com o cooperativismo no Pará

Com o foco de fortalecer as políticas públicas...

Agência Pará de Notícias

FORTALEZA SEDIA 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DO CEARÁ



Foto reprodução

Nos dias 19 e 20 de maio, o Sesc Iparana de Fortaleza acolheu a 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária do Ceará. O evento reuniu empreendimentos, entidades de apoio, gestores de políticas públicas e entusiastas da economia solidária para debater temas cruciais para o fortalecimento deste modelo socioeconômico no estado.

A cerimônia de abertura contou com as presenças do secretário do Trabalho do Ceará, Vladyson Viana, do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, Carlos Pimentel, da coordenadora do Núcleo Estadual de Economia Solidária, Vitória Régia e da coordenadora geral de projetos da Senaes, Vanderlúcia Simplício, além da Cáritas, Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, Unisol, Unicafes, entre outros.

Durante os dois dias de evento, os participantes tiveram a oportunidade de se engajar em mesas redondas, oficinas e debates que abordaram os desafios e as perspectivas da economia popular e solidária no contexto cearense. O objetivo principal foi construir um diálogo rico e propositivo, identificando as prioridades e estratégias para o avanço deste setor.

Um dos pontos altos da conferência foi a eleição da delegação que representará o Ceará na Conferência Nacional de Economia Solidária prevista para acontecer no mês de agosto, em Brasília.

SASC PROMOVE 4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM TERESINA

A Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (Sasc), em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), realiza nos dias 27 e 28 deste mês de maio, a 4ª Conferência Estadual de Economia Solidária. Este ano o evento terá com o tema: “Economia Popular e Solidária como Política Pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação”.

O evento tem como objetivo debater a economia solidária no Piauí, promovendo a participação social na elaboração de políticas públicas no âmbito estadual.

A abertura da conferência será na terça-feira (27), a partir das 14h, no Auditório da Tupperware, na Avenida Frei Serafim, Centro de Teresina. “Serão realizadas palestras, plenárias, mesas redondas e grupos temáticos que vão discutir temas como: realidade socioambiental, cultura, política, economia, financiamentos, créditos, finanças solidárias, dentre outros”, destacou o superintendente do Trabalho, Renda e Inclusão Social da Sasc, José Barros. O evento segue, na quarta-feira (28), com palestras, debates e apresentação das propostas dos grupos de trabalho.

Com informações do governo do Piauí em

ARAPIRACA SEDIA ABERTURA DO CIRCUITO REGIONAL DE FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ALAGOAS

Arapiraca, no Agreste de Alagoas, será palco da abertura oficial do 1º Circuito Regional de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, iniciativa inédita que vai percorrer nove regiões estratégicas do estado. A primeira etapa acontece no dia 30 de maio (quinta-feira), das 8h às 17h, na Praça Luiz Pereira Lima, reunindo agricultores, cooperativas, empreendedores e consumidores em um espaço de valorização da produção local.

Com 30 estandes confirmados, a feira vai destacar a diversidade da agricultura familiar arapiraquense, oferecendo produtos como hortifrúti, panificação, doces, laticínios, além de peças de artesanato produzidas por cooperativas da região.

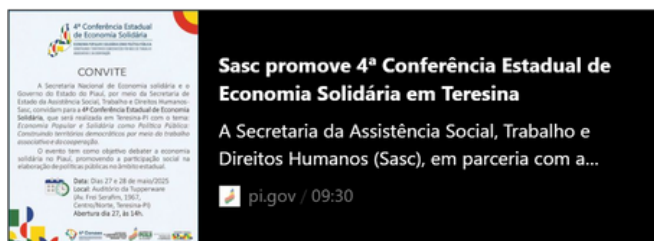
O evento é promovido pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Alagoas (Unicafes/AL), em parceria com o Governo de Alagoas, por meio das secretarias de Agricultura (Seagri) e Desenvolvimento (SEDICS), e com apoio da Prefeitura de Arapiraca. Além da exposição e comercialização dos produtos, o circuito oferece uma programação técnica voltada para os produtores, com palestras, mesas-redondas e orientações sobre acesso a crédito, vendas institucionais e formação de parcerias.

Com informações do site

Arapiraca sedia abertura do Circuito Regional de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Alagoas

Na velocidade dos acontecimentos! Whatsapp (82) 99806-2288 - Portal Já é Notícia

Já é Notícia / 24/05



CAFÉ SOLIDÁRIO DE MAIO REÚNE SERVIDORES EM CONFRATERNIZAÇÃO

No dia 23 de maio, na sede da Senaes em Brasília, aconteceu o Café Solidário da secretaria, que reúne todas e todos os/as trabalhadores da Economia Popular e Solidária do MTE.

A atividade, que acontece de forma mensal, além de parabenizar os e as aniversariantes do mês, é um momento de trocas e reflexões internas das agendas e ações da Senaes. Na ocasião, foi apresentado à equipe da Senaes um vídeo que retrata um pouco da luta de catadores e catadoras de materiais recicláveis de Alagoas para reaver sua dignidade por meio da reciclagem.



Fotos reprodução/Senaes

[Clique AQUI para assistir ao vídeo](#)

CONTE PARA NÓS SUA EXPERIÊNCIA COM O BOLETIM SENAES

Com o intuito de aperfeiçoar nossa lista de transmissão e envio do Boletim por mensagem eletrônica, gostaríamos de saber sua experiência em receber nossas notícias.

Para tanto, precisamos que você envie mensagem contando se tem ou já teve dificuldades em receber o Boletim, seja por telefone ou e-mail. Na mesma mensagem você pode nos enviar dúvidas, críticas e sugestões para melhorar nosso informe semanal.

Mande sua experiência, dúvida, crítica ou sugestão para

comunicacao.senaes@trabalho.gov.br
que ficaremos felizes em responder.

Obrigada 😊

Expediente: Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicacao.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833